

Senado libera documentos secretos para o público

JORNAL DE BRASÍLIA

Carlos Menandro

Um pacote com as cartas que Luís Carlos Prestes mandava para o Senado quando cassaram seu mandato, em 1947, outro com documentos sobre a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e os volumes do IPM instaurado para investigar a Carta Brandi — a denúncia de que João Goulart e Juan Peron faziam um hipotético acordo para formar uma república sindicalista — estão prontos para vir a público. O presidente do Senado, Nelson Carneiro, abriu ontem o cofre em que eles estão guardados, dando início ao trabalho de uma comissão presidida pelo senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) para catalogá-los e oferecê-los a historiadores ou a qualquer interessado em verificá-los.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que desde 1977 tentava ler as cartas de Luís Carlos Prestes, mas não obtinha autorização do Senado, será o relator da comissão que, por ora, não abriu qualquer dos pacotes, deixando para fazer isso a partir de maio. Nelson Carneiro deseja que a divulgação desses documentos se atenha apenas aos fatos anteriores aos últimos 25 anos.

Juntamente com Passarinho e Rollemberg, integram a comissão os senadores Mário Maia (PDT-AC), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Luís Viana Filho (PMDB-BA). O propósito da comissão é nomear um sub-relator para cada fato histórico cujos documentos estejam em poder do Senado. O próprio Nelson Carneiro não crê que assuntos rigorosamente secretos estejam no cofre, entendendo que os historiadores se depararão apenas com documentos capazes de sanar fatos distorcidos. "O conteúdo desse cofre servirá como contribuição para historiadores que queiram acompanhar a realidade da vida parlamentar", disse ele.

Além de documentos, estavam guardados ali objetivos de valor ganhos pelo Legislativo, que não podem ser expostos ao público, devido



Nelson Carneiro retira do cofre um dos pacotes com documentos que eram considerados secretos

ao risco de serem furtados, como estatuetas, medalhas e pratos de porcelana. Entre as placas, há uma de bronze representando o Kremlin, doada pelo Soviet Supremo ao Senado. Há também um prato de porcelana inglesa "Edgwood", uma estatueta de Ruy Barbosa, além da placa impressora do ato que convocou em 1985 a Assembleia Constituinte. Além dos documentos sobre Prestes, Carta Brandi e renúncia de Jânio, empacotadas no cofre, há também 21 pastas sobre o processo de perda do mandato do ex-senador Wilson Campos, no episódio conhecido como "Caso Moreno".

Após 65, segredo continua

Apenas cinco senadores terão acesso aos documentos secretos do Senado Federal posteriores a 1965 e que, segundo determina a Constituição, deveriam ser liberados para conhecimento do público: o próprio presidente da Casa, Nelson Carneiro, Nabor Júnior (PMDB-AC), Mário Maia (PDT-AC), Luís Viana Filho (PMDB-BA), Francisco Rollemberg (PMDB-SE) e Jarbas Passarinho (PDS-PA).

"Os documentos têm de enve-

lhecer", justifica Nelson Carneiro, que acha necessário resguardar fatos recentes e envolvendo pessoas ainda vivas, que participaram dos últimos 25 anos da História do Brasil. "A fixação de prazos — acentua — é praxe em todo o mundo".

Jarbas Passarinho adiantou que votará contra a liberação de documentos que "mexam com feridas ainda abertas da nossa história".